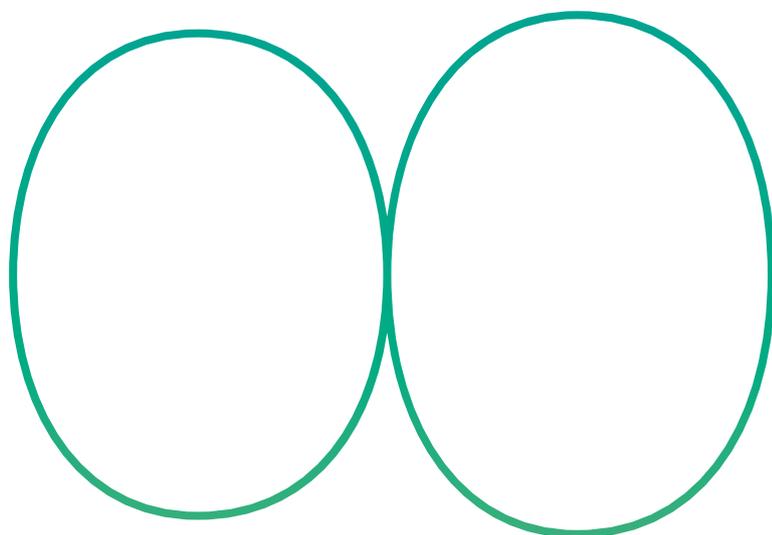


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da Diretoria e do Conselho	04
Cenário Econômico	06
Estrutura Sistêmica	08
Nossa Evolução	10
Governança Corporativa	16
Demonstrações Financeiras e Contábeis	18
Parecer do Conselho Fiscal	46
Eventos	48
Ações Sociais	49
Nossa Agência	50
Composição da Administração	51

Mensagem da Diretoria e do Conselho

Estruturação e foco no atendimento.



O período de crise da economia é também um cenário de grande ajuste para famílias e empresas. O papel do agente financeiro é contribuir para simplificar a vida financeira do cooperado, ofertando também tranquilidade e proteção. O Sicoob Empresarial teve um ano de 2018 focado em reestruturação, com criação das linhas de crédito para atender às necessidades dos cooperados, ampliação dos quadros de colaboradores com foco exclusivo em seguros e Sipag e maior investimento em treinamentos e cursos para nossos colaboradores, diretores e conselheiros.

A redução da taxa Selic ao piso histórico afetou, na cooperativa, com respectiva retração nas receitas. Outros dois setores estratégicos no Sicoob Empresarial, o agrícola e o industrial, não conseguiram manter o ritmo de expansão previsto. Na outra ponta, o Sicoob Empresarial atuou diretamente no reequilíbrio das receitas, reduzindo as taxas e melhorando as condições para os cooperados.

A cooperativa registrou crescimento acelerado nas operações de cartões, empréstimos com máquinas Sipag, principalmente no setor comercial (varejista). Outro setor que registrou forte expansão, que pode ser constatado nas próximas páginas deste relatório, foi o da indústria da construção civil, que passa

por grande expansão na região Sudoeste do estado.

Mudanças substanciais foram feitas no operacional da cooperativa, como mudança do horário das 10h às 16h, estacionamento privativo e atendimento exclusivo para cooperados. São ações que focam na missão de valorizar nosso maior diferencial, a excelência no atendimento. Agradecemos a dedicação da nossa Diretoria e Conselho, o engajamento do colaborador e a fidelidade do cooperado, a união de forças que fizeram diferença em 2018.

Muito obrigado a todos.

Cenário econômico

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos".

Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou que estra-

tégia traçar.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior.

A performance positiva se reflete tam-

bém nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

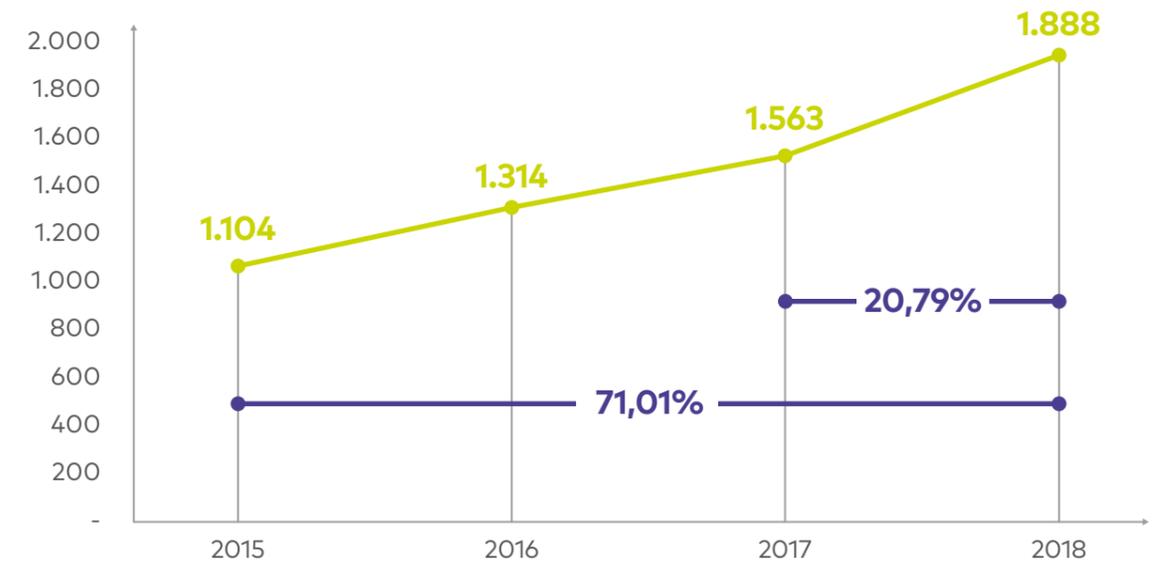
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Desenvolvimento em todos os números.

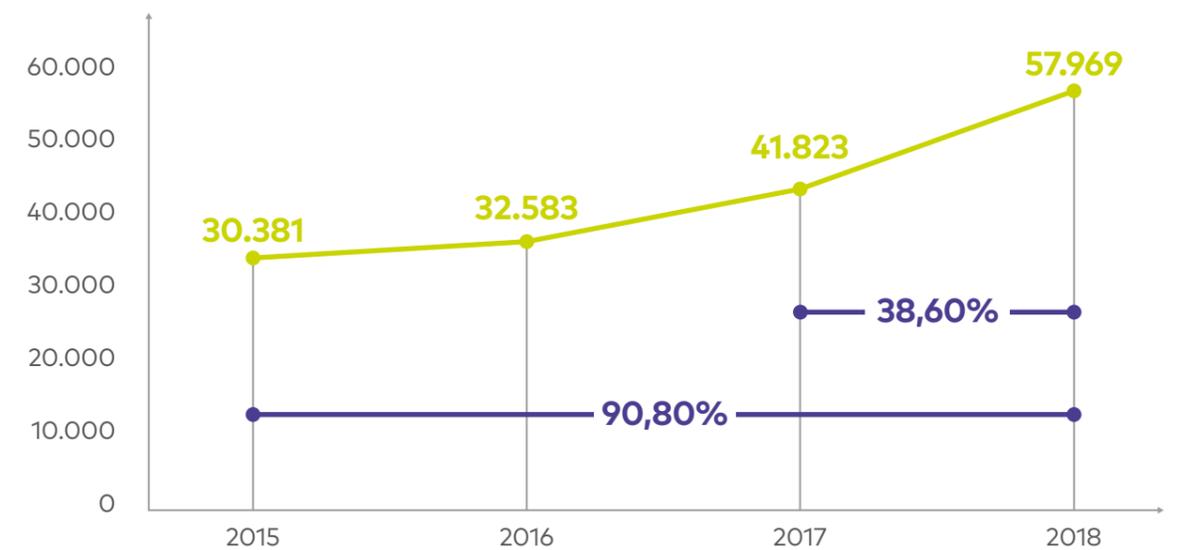


Cooperados



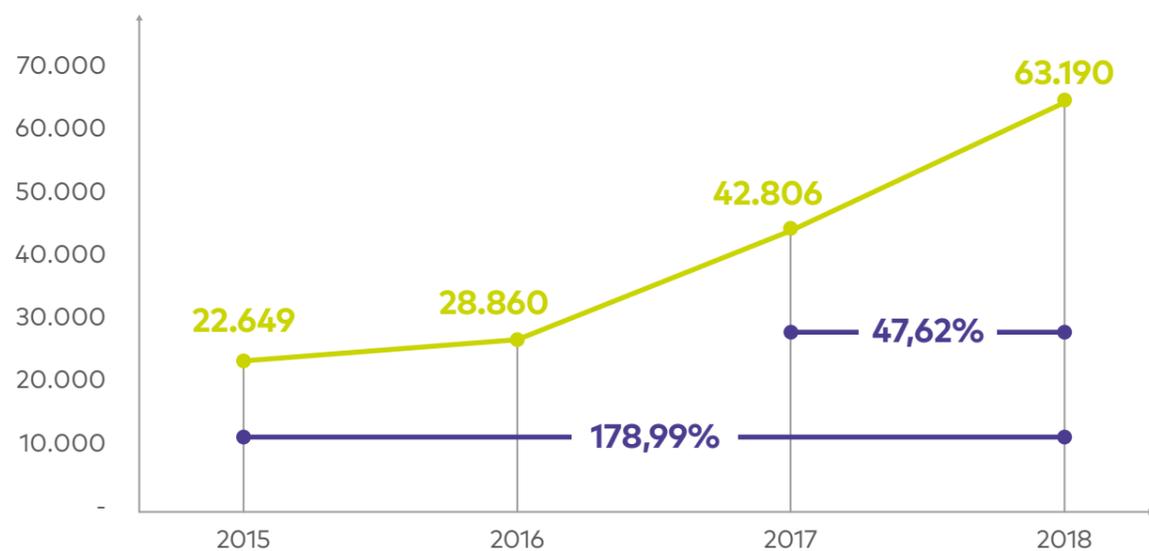
Depósitos Totais

em R\$ mil



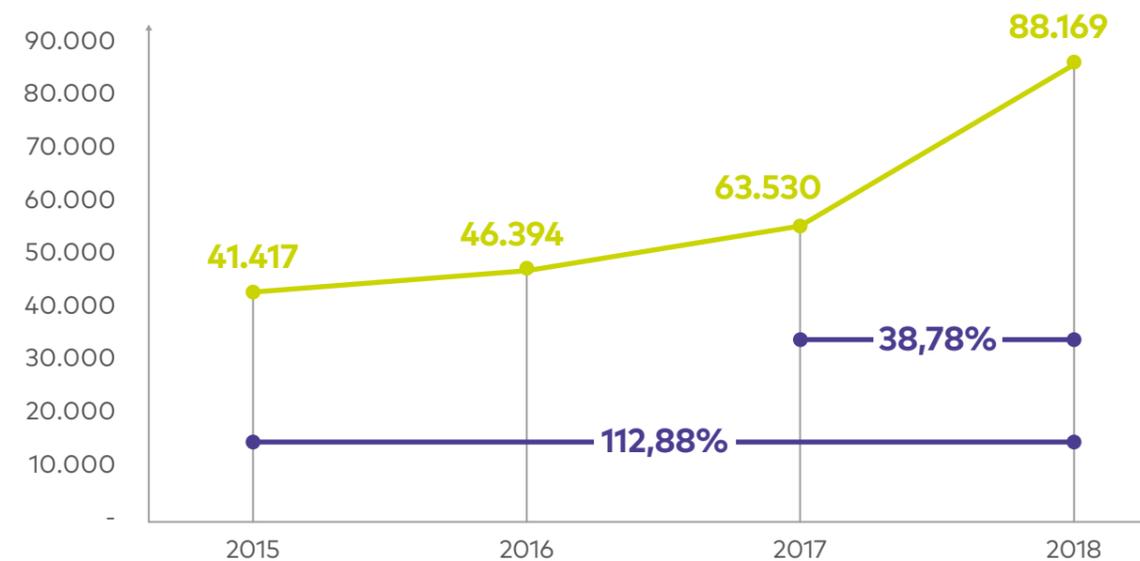
Carteira de Crédito

em R\$ mil



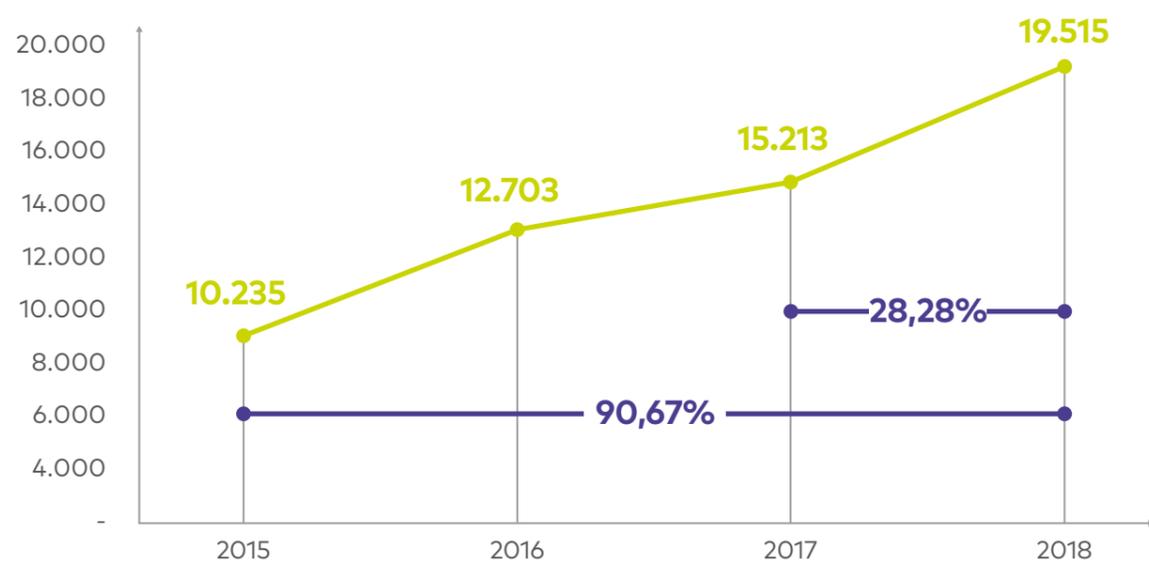
Ativo Total

em R\$ mil



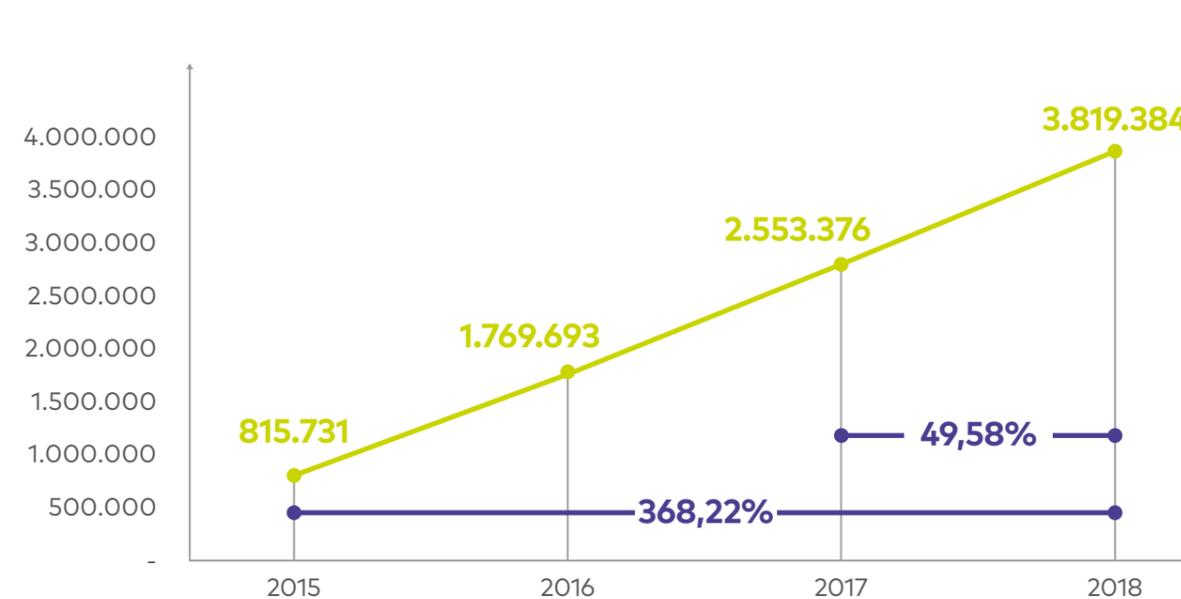
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

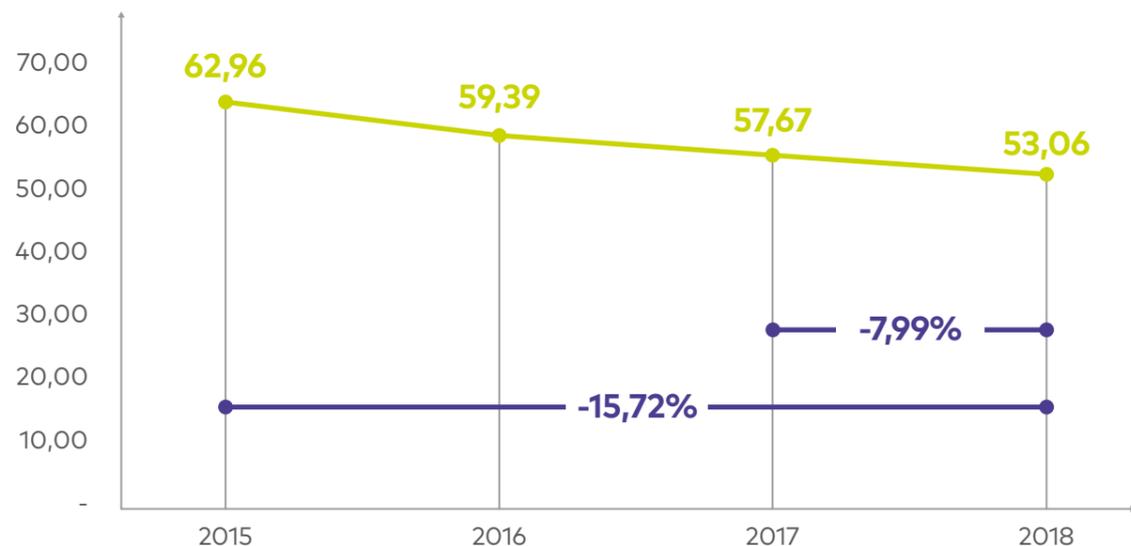


Sobras do Exercício

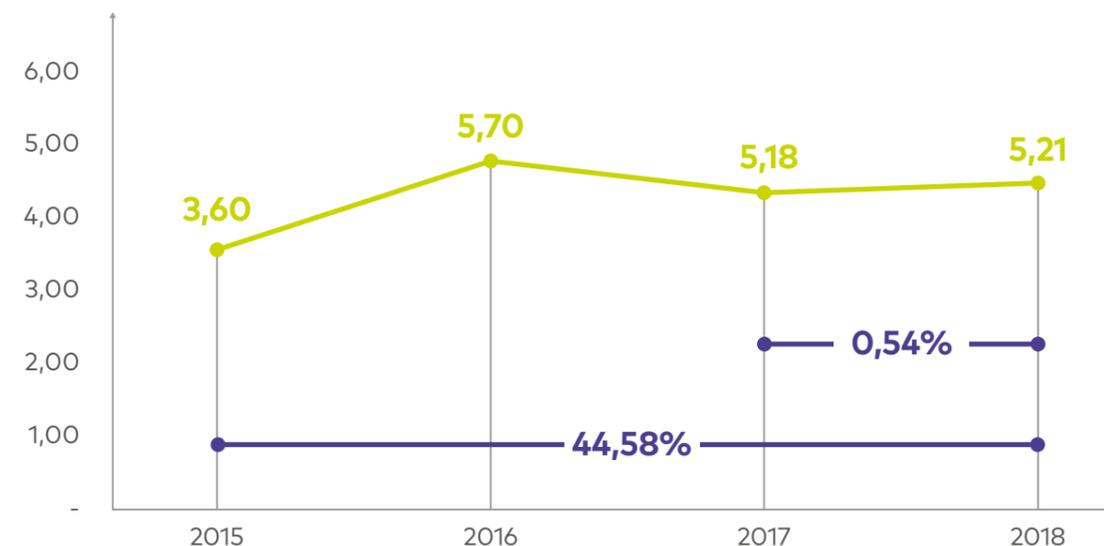
em R\$



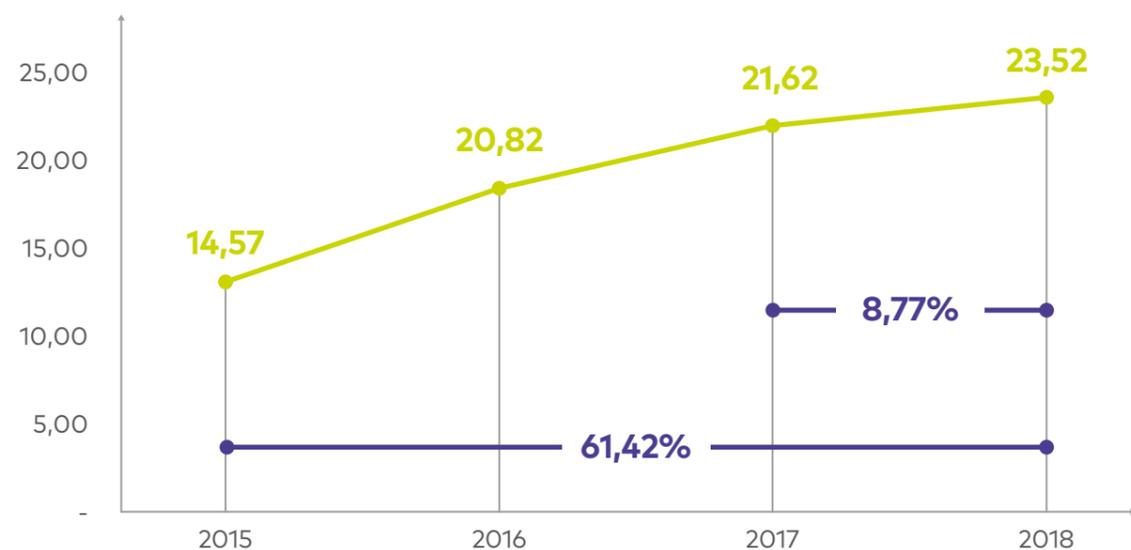
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB EMPRESARIAL Taxa Média Mensal - PAD	GANHO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	5,90%	R\$ 612.736	R\$ 612.736
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,21%	R\$ 4.629.055	R\$ 5.241.790
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,02%	R\$ 30.677	R\$ 5.272.467
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 5,93	R\$ 599.721	R\$ 5.872.188
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	6,00%	R\$ 90.132	R\$ 5.962.320
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	5,50%	R\$ 9.741	R\$ 5.972.061
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	10,00%	R\$ 372	R\$ 5.972.432
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	9,29%	R\$ 2.028	R\$ 5.974.461
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	13,00%	R\$ 4	R\$ 5.974.464
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	8,50%	R\$ 16	R\$ 5.974.480
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	5,90%	R\$ 1.332.106	R\$ 7.306.586
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	2,26%	R\$ 331.012	R\$ 7.637.598
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,45%	-R\$ 392.165	R\$ 7.245.433
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,02%	R\$ 17.929	R\$ 7.263.362
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,00%	R\$ 515	R\$ 7.263.876
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 5,97	R\$ 1.027.377	R\$ 8.291.254
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 3.819.384	R\$ 3.819.384	R\$ 12.110.637
COOPERADOS SICOOB EMPRESARIAL				1.888
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 6.415

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.
 Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).
 Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest
¹Tarifas SFN PF: valor médio *Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)*.
²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.
 Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.
³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).
 Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa.

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 24/03/2017, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:
 - ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
 - como forma operacional, à centralização financeira e de serviços

disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS).

O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outros dois Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor Administrativo e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais – além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	59.359.294	44.033.863	CIRCULANTE	68.359.223	46.990.097
DISPONIBILIDADES	1.815.458	1.085.323	DEPÓSITOS (NOTA 10)	57.969.661	41.823.809
Caixa	381.493	502.323	Depósitos à Vista	19.307.000	13.702.958
Numerários em Trânsito	1.433.965	583.000	Depósitos a Prazo	38.662.661	28.120.851
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)	20.567.194	17.424.802	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	8.334.365	2.990.374
Centralização Financeira	20.567.194	17.424.802	Obrigações por Repasses Interfinanceiros	8.334.365	2.990.374
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	35.272.973	25.454.044	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.055.197	2.175.914
Setor Privado	36.351.661	25.953.688	Cobrança e Arrecadação Tributos e Assem.	17.290	34.782
(-) Provisão p/ Oper. Crédito Liq. Duvidosa	(1.078.688)	(499.644)	Sociais e Estatutárias (Nota 12.1)	819.298	689.448
			Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.2)	156.002	127.011
			Diversas (Nota 12.3)	1.062.608	1.324.673
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)	1.692.926	59.799			
Créditos por Avals e Fianças Honrados		12.063			
Rendas a Receber	113.232	5.678			
Diversos	1.579.694	45.677			
(-) Provisão p/ Outros Créditos Liq. Duvidosa	-	(3.619)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 7)	10.742	9.895			
Despesas Antecipadas	10.742	9.895			
NÃO CIRCULANTE	28.810.121	19.496.979	NÃO CIRCULANTE	294.842	1.327.196
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	27.917.298	17.352.597	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	285.222	1.327.196
Operações de Crédito (Nota 5)	27.917.298	17.352.597	Obrigações por Repasses Interfinanceiros	285.222	1.327.196
Operações de Crédito	28.472.585	17.704.932			
(-) Provisão p/ Oper. Crédito Liq. Duvidosa	(555.287)	(352.335)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.620	-
			Diversas (Nota 12.3)	9.620	-
INVESTIMENTOS (NOTA 8)	514.589	1.702.882			
Participações em Cooperativas	514.589	1.702.882			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 9)	283.078	323.621	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.515.350	15.213.549
Outras Imobilizações de Uso	657.697	653.998	Capital Social (Nota 14.a)	13.759.783	11.764.956
(-) Depreciações Acumuladas	(374.619)	(330.377)	Reserva Legal	3.623.729	2.073.301
			Reserva Estatutária	1.744.231	1.125.239
INTANGÍVEL	95.156	117.879	Sobras Acumuladas (Nota 14.d)	387.607	250.053
Ativos Intangíveis	219.309	219.310			
(-) Amortizações Acumuladas	(124.153)	(101.431)			
TOTAL DO ATIVO	88.169.415	63.530.842	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.169.415	63.530.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
CPF: 354.347.161-91
Diretor Administrativo

Jaime Severo Garcia
CPF: 255.334.951-34
Diretor Operacional

João Batista Sousa Santos
CPF: 359.849.291-04
Contador CRC/GO 015469/0-0

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2º semestre/2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (NOTA 17)	5.871.263	11.164.630	8.791.064
Operações de Crédito	5.797.764	11.091.131	8.791.064
Resultado das Aplicações Compulsórias	73.499	73.499	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.360.399)	(3.641.009)	(3.185.727)
Operações de Captação no Mercado (Nota 10.b)	(1.254.962)	(2.394.606)	(2.452.035)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(252.084)	(419.312)	(197.570)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(853.354)	(827.091)	(536.122)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.510.865	7.523.621	5.605.337
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(1.630.731)	(2.860.051)	(2.284.166)
Receitas de Prestação de Serviços	333.229	651.004	557.371
Rendas de Tarifas Bancária	378.583	698.672	455.662
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(1.614.509)	(3.042.388)	(2.589.496)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(1.649.797)	(3.104.948)	(2.756.961)
Despesas Tributárias	(19.630)	(45.189)	(41.454)
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	244.879	469.064	311.091
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	961.761	1.910.343	2.028.387
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(265.246)	(396.609)	(248.766)
RESULTADO OPERACIONAL	1.880.134	4.663.570	3.321.171
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	17.914	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.880.134	4.681.484	3.321.171
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(16.178)	(44.407)	(29.095)
RESULTADO ANTES DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	1.863.955	4.637.077	3.292.076
Juros sobre Capital Próprio (Nota 16)	(817.693)	(817.693)	(738.700)
SOBRA DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.046.262	3.819.384	2.553.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
CPF: 354.347.161-91
Diretor Administrativo

Jaime Severo Garcia
CPF: 255.334.951-34
Diretor Operacional

João Batista Sousa Santos
CPF: 359.849.291-04
Contador CRC/GO 015469/0-0

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	FUNDO DE RESERVA	RESERVA ESTATUTÁRIA PARA AUMENTO DE CAPITAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2017	10.216.023	1.073.089	1.060.557	353.519	12.703.188
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras	353.490			(353.519)	(29)
- Por Integralizações	1.060.557		(1.060.557)		-
INTEGRALIZAÇÕES / (DEVOLUÇÕES) DE CAPITAL	(561.036)				(561.036)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				3.292.076	3.292.076
Incorporação de Juros ao capital	695.922			(738.700)	(42.778)
FATES - Compensação de Despesas de Treinamento				110.889	110.889
FATES - Destinação Resultado com Terceiros				(163.734)	(163.734)
DESTINAÇÕES:					
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (45%)			1.125.239	(1.125.239)	-
- Fates (5%)				(125.027)	(125.027)
- Fundo de Reserva (40%)		1.000.212		(1.000.212)	
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2017	11.764.956	2.073.301	1.125.239	250.053	15.213.549
MUTAÇÕES NO PERÍODO	1.548.933	1.000.212	64.682	(103.466)	2.510.361
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2018	11.764.956	2.073.301	1.125.239	250.053	15.213.549
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras	236.016			(250.053)	(14.037)
- Por Reversão de Reserva Estatutária	1.125.239		(1.125.239)		-
INTEGRALIZAÇÕES / (DEVOLUÇÕES) DE CAPITAL	(135.615)				(135.615)
SOBRAS DO EXERCÍCIO				4.637.077	4.637.077
Incorporação de Juros ao capital	769.187			(817.693)	(48.506)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos				212.424	212.424
FATES - Destinação Resultado com Terceiros				(155.738)	(155.738)
DESTINAÇÕES:					
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (45%)			1.744.231	(1.744.231)	-
- Fates (5%)				(193.804)	(193.804)
- Fundo de Reserva (40%)		1.550.428		(1.550.428)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2018	13.759.783	3.623.729	1.744.231	387.607	19.515.350
MUTAÇÕES NO PERÍODO	1.994.827	1.550.428	618.992	137.554	4.301.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vander Ferreira Barros
CPF: 354.347.161-91
Diretor Administrativo

Jaime Severo Garcia
CPF: 255.334.951-34
Diretor Operacional

João Batista Sousa Santos
CPF: 359.849.291-04
Contador CRC/GO 015469/O-0

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DESCRIÇÃO	2º semestre/ 2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
SOBRAS DO SEMESTRE	1.046.262	3.819.384	2.553.376
AJUSTES	900.401	923.517	640.876
Despesas de depreciação e amortização	47.047	96.426	104.754
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	853.354	827.091	536.122
SOBRAS AJUSTADAS	1.946.663	4.742.901	3.194.252
Aumento (redução) em ativos operacionais	(20.634.292)	(22.844.694)	(14.472.410)
Operações de crédito	(18.993.196)	(21.210.720)	(14.482.026)
Outros créditos	(1.631.923)	(1.633.127)	(35.637)
Outros valores e bens	(9.173)	(847)	45.253
Aumento (redução) em passivos operacionais	(3.518.150)	20.336.972	14.626.378
Depósitos	(8.485.923)	16.146.052	9.240.658
Relações Interfinanceiras	4.538.702	4.302.017	4.317.570
Outras obrigações	429.071	(111.097)	1.068.150
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(22.205.779)	2.235.179	3.348.220
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos	1.332.720	1.188.293	(168.044)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(18.970)	(33.362)	(36.435)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.313.750	1.154.931	(204.479)
Atividades de Financiamento			
Devolução de Capital à Cooperados	(183.048)	(135.615)	(561.036)
Sobras Distribuídas a Ex-associados	-	(14.037)	(29)
Destinação / Reversão do FATES	(137.117)	(137.118)	(177.872)
Incorporação de Juros ao Capital	817.693	769.187	695.922
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	497.528	482.417	(43.015)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.394.500)	3.872.527	3.100.726
MODIFICAÇÕES DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do semestre / exercício.	42.777.152	18.510.125	15.409.399
No final do semestre / exercício (Nota 3.c).	22.382.652	22.382.652	18.510.125
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.394.500)	3.872.527	3.100.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rio Verde-GO, 31 de dezembro de 2018.

Vander Ferreira Barros
CPF: 354.347.161-91
Diretor Administrativo

Jaime Severo Garcia
CPF: 255.334.951-34
Diretor Operacional

João Batista Sousa Santos
CPF: 359.849.291-04
Contador CRC/GO 015469/O-0

Notas explicativas às demonstrações contábeis

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

1. Contexto Operacional.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO VERDE E REGIÃO LTDA - SICOOB EMPRESARIAL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/2007, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB EMPRESARIAL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF do Banco Central do Brasil. E sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 07/03/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis.

a) Apuração do Resultado:

Os ingressos / receitas e os dispêndios / despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis:

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	1.815.458	1.085.323
Relações interfinanceiras - centralização financeira	20.567.194	17.424.802
TOTAL	22.382.652	18.510.125

d) Operações de Crédito:

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para Operações de Crédito:

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em Garantia:

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos:

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado:

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível:

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos Contingentes:

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os

ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos:

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões:

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes:

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais:

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social:

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto

3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante:

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – Impairment:

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes:

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

As cotas de capital a receber do SICOOB Goiás Central, que em 31/12/2018 correspondiam ao montante de R\$ 1.421.641,00 e seriam pagas em 60 parcelas, com o primeiro pagamento em 01/10/2018, foram totalmente pagas em 04/02/2019.

4. Relações Interfinanceiras.

Em 31 de Dezembro de **2018** e **2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	20.567.194	17.424.802
TOTAL	20.567.194	17.424.802

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de Crédito.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	23.621	-	23.621	28.921
Empréstimos	16.112.611	17.684.359	33.796.970	27.818.414
Títulos Descontados	7.515.908	-	7.515.908	5.268.694
Financiamentos	4.471.175	10.448.752	14.919.927	6.222.821
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.228.346	339.474	8.567.820	4.319.770
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.078.688)	(555.287)	(1.633.975)	(851.979)
TOTAL	35.272.973	27.917.298	63.190.271	42.806.641

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	142.516	-	328.465	-	470.982	-	174.660	-
A 0,5% Normal	9.805.472	11.499	1.653.871	6.030.026	17.500.869	-87.504	9.770.796	-48.854
B 1% Normal	19.495.273	338.254	7.882.109	2.537.794	30.253.430	-302.534	20.876.714	-208.767
B 1% Vencidas	520.602	-	-	-	520.602	-5.206	5.149	-51
C 3% Normal	8.224.927	352.433	4.806.877	-	13.384.237	-401.527	11.423.167	-342.695
C 3% Vencidas	10.868	7.764	-	-	18.632	-559	680.647	-20.419
D 10% Normal	1.229.268	80.379	232.906	-	1.542.553	-154.255	82.277	-8.228
D 10% Vencidas	3.006	5.5514	-	-	8.557	-856	355.290	-35.529
E 30% Normal	53.185	25.128	15.699	-	94.012	-28.203	103.853	-31.156
E 30% Vencidas	266.653	-	-	-	266.653	-79.996	-	-
F 50% Normal	-	12	-	-	12	-6	20.481	-10.241
F 50% Vencidas	245.086	-	-	-	245.086	-122.543	1.528	-764
G 70% Normal	-	11	-	-	11	-8	-	-
G 70% Vencidas	226.113	-	-	-	226.113	-158.279	62.611	-43.828
H 100% Normal	-	13	-	-	13	-13	20.131	-20.131
H 100% Vencidas	241.218	51.266	-	-	292.484	-292.484	81.316	-81.316
Total Normal	38.950.641	807.730	14.919.927	8.567.820	63.246.118	-974.052	42.472.079	-670.071
Total Vencidas	1.513.547	64.581	-	-	1.578.127	-659.923	1.186.541	-181.908
Total Geral	40.464.188	872.311	14.919.927	8.567.820	64.824.246	-1.633.975	43.658.620	-851.979
Provisões	-1.237.479	-81.670	-259.297	-55.528	-1.633.975	-	-851.979	-
Total Líquido	39.226.709	790.640	14.660.631	8.512.292	63.190.271	-	42.806.641	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.904.788	10.359.134	17.684.359	32.948.281
Financiamentos	1.164.811	3.306.364	10.448.752	14.919.927
Financiamentos Rurais	1.048.498	7.179.849	339.474	8.567.820
Conta Corrente	568.858	303.453	-	872.311
TOTAL	7.686.954	21.148.800	28.472.585	57.308.339

*Não incluem adiantamento a depositantes, cheque especial, conta garantida e títulos descontados.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	65.531	9.112.840	1.637.175	-	10.815.547	17%
Setor Privado - Indústria	10.299	146.828	-	-	157.127	0%
Setor Privado - Serviços	498.297	27.399.466	5.434.453	-	33.332.216	51%
Pessoa Física	297.629	11.209.073	444.279	8.567.820	20.518.801	32%
Outros	554	-	-	-	554	0%
TOTAL	872.311	47.868.208	7.515.907	8.567.820	64.824.246	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	851.979	334.525
Constituições	827.091	532.503
Transferência para prejuízo	(45.095)	(15.049)
TOTAL	1.633.975	851.979

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	683.370	717.194
Valor das operações transferidas no período	(45.095)	(15.049)
Valor das operações recuperadas no período	(146.669)	(18.775)
TOTAL	491.606	683.370

g) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.684.401	3,00%	1.504.709	3,00%
10 Maiores Devedores	13.194.574	20,00%	10.170.981	23,00%
50 Maiores Devedores	35.760.638	55,00%	26.573.193	61,00%

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa apresenta saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.878.640,00, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, renovações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos.

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, valores a receber cotas da Sicoob Goiás Central no valor de R\$ 1.421.641,00 conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças, Honrados	-	12.063
Rendas a Receber	113.232	5.678
Diversos	1.579.694	45.677
(-) Provisões para Outros Créditos	-	(3.619)
TOTAL	1.692.926	59.799

A conta "Diversos" registra, basicamente, o saldo de cotas de capital a receber (R\$ 1.421.641,00) do Sicoob Goiás Central em virtude da desfiliação daquela central, ocorrida no 1º semestre de 2018. O montante foi integralmente recebido em 04/02/2019.

7. Outros valores e bens.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas	10.742	9.895
TOTAL	10.742	9.895

8. Investimentos.

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB, em julho 2018 foi baixado ações da Sicoob Goiás Central no valor R\$ 1.521.818,00.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	193.636	1.415.514
Participações Inst. Financ. controlada coop. crédito	320.953	287.368
TOTAL	514.589	1.702.882

9. Imobilizado de uso.

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Móveis e equipamentos de Uso	10%	354.792	325.276
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(144.944)	(110.116)
Sistema de Processamento de Dados	10%	268.874	246.484
Sistema de Segurança	10%	34.031	34.031
Sistema de Transporte	20%	-	48.207
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(229.675)	(220.260)
TOTAL		283.077	323.621

10. Depósitos.

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	19.307.000		13.702.958	
Depósito a Prazo	38.662.661	0,47% a.m.	28.120.851	0,51% a.m.
TOTAL	57.969.661		41.823.809	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.820.080	5,00%	2.619.101	6,00%
10 Maiores Depositantes	17.461.974	30,00%	14.438.839	35,00%
50 Maiores Depositantes	34.922.594	60,00%	27.747.603	67,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.394.606)	(2.452.035)
TOTAL	(2.394.606)	(2.452.035)

11. Obrigações por empréstimos e repasses.

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	8.964.208	4.552.010
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(344.621)	(234.450)
TOTAL	8.619.587	4.317.570
Circulante	8.334.365	2.990.374
Não Circulante	285.222	1.327.196

12. Outras Obrigações.

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.290	34.782
Sociais e Estatutárias	819.298	689.448
Fiscais e Previdenciárias	156.002	127.011
Diversas	1.072.227	1.324.673
TOTAL	2.064.817	2.175.914
Circulante	2.055.197	2.175.914
Não Circulante	9.620	-

12.1 Sociais e Estatutárias.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	139.462	158.082
Resultado de Atos com Não Associados	498.356	342.619
Cotas de Capital a Pagar	181.470	188.747
TOTAL	819.298	689.448

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias.

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	-	5.001
Impostos e Contribuições a Recolher	156.002	122.010
TOTAL	156.002	127.011

12.3 Diversas.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos	2.098	400.019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	74.216	76.054
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	334.514	298.675
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	255.865	228.139
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	55.884	29.223
Credores Diversos – País	349.650	292.563
TOTAL	1.072.227	1.324.673

(a) Referem-se à provisão de despesas com aquisição de bens e direitos a serem pagos no decorrer de 2019.

(b) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento, refere – se a folha de pagamento de Associados, debitada em conta corrente para pagamento aos funcionários destas empresas.

(c) Refere-se a provisões trabalhistas e de despesas administrativas, a serem pagas no decorrer de 2019.

(d) Refere-se à contabilização, a partir de 31/12/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.372.728,00, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Instrumentos Financeiros.

O **SICOOB EMPRESARIAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio Líquido.

a) Capital Social:

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	13.759.783	11.764.956
Associados	1.888	1.563

b) Fundo de Reserva:

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento de Capital:

Conforme o artigo 27 do Estatuto Social da cooperativa, 45% das sobras serão destinados para aumento do capital, rateados na forma do inciso I do artigo 28 do Estatuto e incorporados às respectivas contas de cada associado.

d) Sobras Acumuladas:

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 250.053,00.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	3.819.384	2.553.376
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(155.737)	(163.734)
Compensação de despesas de treinamento com o FATES	212.423	110.889
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.876.070	2.500.531
Reserva Estatutária para Aumento do Capital – 45%	(1.744.231)	(1.125.239)
Reserva legal – 40%	(1.550.428)	(1.000.212)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(193.804)	(125.027)
Sobra à disposição da Assembleia Geral – 10%	387.607	250.053

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	268.229	215.877
(-) Despesas específicas de atos não cooperativos Pis e Cofins	(21.709)	(14.654)
(-) Despesas específicas de atos não cooperativos ISSQN	(13.025)	(8.394)
(-) Comissão s/ Consórcios de atos não cooperativos	(33.350)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	200.145	192.829
(-) IRPJ s/ o Ato Não Cooperativo	(20.816)	(13.638)
(-) CSLL s/ o Ato Não Cooperativo	(23.591)	(15.457)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	155.738	163.734

16. Provisão de Juros ao Capital:

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi 100% do valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Ingressos da Intermediação Financeira:

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	72.316	36.744
Rendas de Empréstimos	7.098.645	6.568.660
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.796.176	1.263.909
Rendas de Financiamentos	1.449.779	606.255
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	15.726	6.809
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	247.668	100.102
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	170.343	56.174
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanciadas	-	36.685
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	240.478	115.726
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	73.499	-
TOTAL	11.164.630	8.791.064

18. Despesa de Pessoal.

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(78.307)	(70.827)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(570.160)	(512.641)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(299.172)	(229.173)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(631.372)	(557.601)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.384.547)	(1.165.971)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(78.719)	(53.283)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(111)	-
TOTAL	(3.042.388)	(2.589.496)

19. Outras Despesas Administrativas.

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(51.912)	(42.951)
Despesas de Aluguéis	(315.439)	(246.052)
Despesas de Comunicações	(99.224)	(113.981)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(46.439)	(25.501)
Despesas de Material	(46.495)	(45.736)
Despesas de Processamento de Dados	(234.255)	(230.550)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(121.792)	(130.941)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(176.808)	(133.871)
Despesas de Publicações	(5.550)	(10.686)
Despesas de Seguros	(23.970)	(24.054)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(734.371)	(590.848)
Despesas de Serviços de Terceiros	(110.784)	(119.320)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(141.355)	(128.866)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(93.550)	(57.363)
Despesas de Transporte	(207.018)	(181.915)
Despesas de Viagem ao Exterior	(925)	-
Despesas de Viagem no País	(47.796)	(58.035)
Outras Despesas Administrativas	(147.835)	(115.959)
Despesas de Amortização	(22.721)	(21.244)
Despesas de Depreciação	(73.705)	(83.511)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(59.110)	(25.319)
Contribuição a OCE	(13.332)	(12.820)
Rateio de Despesas da Central	(287.331)	(319.754)
Rateio de Despesa do Sicoob Conf.	(43.231)	(37.684)
TOTAL	(3.104.948)	(2.756.961)

20. Outras Receitas Operacionais.

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	9.959	-
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	2.634	-
Juros ao Capital	5.476	-
Dividendos	-	31.320
Crédito Receita Sipag - faturamento	36.202	51.490
Crédito Receita Sipag - antecipação	162.432	47.778
Distribuição de sobras da central	68.277	25.615
Rateio de despesas da central entre filiadas	33.586	-
Rendas de repasses Delcredere	4.663	3.464
Outras rendas operacionais	145.835	151.424
TOTAL	469.064	311.091

21. Outras Despesas Operacionais.

Descrição	2018	2017
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(307)
Despesas de Provisões Passivas	(29.295)	(20.879)
Outras Despesas Operacionais	(325.056)	(142.503)
Descontos concedidos - operações de crédito	(39.474)	(82.561)
Cancelamento - tarifas pendentes	(2.785)	(2.516)
TOTAL	(396.609)	(248.766)

22. Partes Relacionadas.

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	8.818.522	6,11%	70.441
P.R. – Sem Vínculo de Grupo Econômico	1.276.019	0,88%	11.834
TOTAL	10.094.541	6,99%	82.276
Montante das Operações Passivas	64.126.189	15,2%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.385	246	4%
Conta Garantida	9.827	295	2%
Crédito Rural	2.231.860	16.795	26%
Empréstimo	1.338.060	15.533	4%
Financiamento	2.039.274	22.036	14%
Títulos Descontados	1.360.924	6.805	18%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	392.265	2,04%	0%
Depósitos a Prazo	1.793.617	4,64%	0,47%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial,

conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa / remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,99% a.m.
Empréstimos	1,85% a.m.
Financiamento	1,17% a.m.
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	95,54% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	5,24%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,88%
Crédito Rural (modalidades)	1,8%

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2018	
Cobrança Administrativa	240.478
TOTAL GERAL	240.478

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	6.182.836
Empréstimos e Financiamentos	7.423.565

f) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(78.307)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(570.160)
Encargos Sociais	(164.519)
Plano de Saúde	(31.227)

23. Cooperativa Central.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO VERDE E REGIÃO LTDA - SICOOB EMPRESARIAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EMPRESARIAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB UNI:

Descrição	31/12/2018
Ativo	
Centralização Financeira	20.567.194
Investimentos	514.589

Até o mês de junho de 2018, o SICOOB EMPRESARIAL-GO era associado ao SICOOB GOIÁS CENTRAL, tendo ocorrido, a partir do mês de julho de 2018, a filiação ao SICOOB UNI. A devolução dos investimentos mantidos na Central anterior foi acordada para ser feita em 60 parcelas corrigidas pela SELIC, contudo, houve a devolução integral deste montante em fevereiro de 2019.

24. Gerenciamento de Risco.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez.

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de

ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito.

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de Capital.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB EMPRESARIAL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

24.5 Risco Socioambiental.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio.

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros Contratados – Não Auditados.

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia.

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia	29,83%	35,58%

27. Benefícios a Empregados.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 327.189,00.

Descrição	2018	2017
Vale Alimentação	245.802	203.161
Plano de Saúde	31.227	20.938
Ajuda de Custo Graduação e Pós-Graduação	41.626	18.341
Previdência Privada – Sicoob Previ	8.534	-
TOTAL	327.189	242.440

A cooperativa patrocina com 1% do salário o Plano de Previdência complementar para seus funcionários. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

Reconhecemos a exatidão e integridade desta demonstração, elaborada em 31/12/2018 de acordo com os documentos idôneos fornecidos à contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2018.

Vander Ferreira Barros
Diretor Administrativo
CPF 354.347.161-91

Jaime Severo Garcia
Diretor Operacional
CPF 255.334.951-34

João Batista Sousa Santos
Contador - CRC 015469/O-0
CPF 359.849.291-04

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. Sicoob Empresarial - Rio Verde/GO.

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. – Sicoob Empresarial, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Empresarial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para assim, planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de março de 2019.
Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal.



O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Verde e Região Ltda. – Sicoob Empresarial, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer da Auditoria Externa da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decorrer do exercício, foram acompanhadas de forma sistemática as operações realizadas, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda de conciliações físicas.

Rio Verde - GO, 22 de março de 2019.

Adão de Carvalho Filho
Conselheiro Efetivo

Francisco Rodrigues Pereira Neto
Conselheiro Efetivo

Helena da Silva Guimarães de Souza
Conselheira Efetiva

Eventos

2º VENDE SICOOB



A Cooperativa Sicoob Empresarial foi premiada de forma nacional pelo maior percentual de crescimento em Seguros Gerais entre toda a rede Sicoob, em 2018.

AGE 2018



Na ocasião, os sócios fundadores foram homenageados e foi promovida uma palestra com o Presidente do Bancoob, Marco Aurélio Borges de Almada Abreu, sobre Cooperativismo Financeiro.

SUDOEXPO



O Sicoob Empresarial participou da feira de negócios que aconteceu em Rio Verde, expondo seus produtos e serviços, além de realizar negócios e divulgar a marca.

Ações Sociais

POSTO DE ASSISTÊNCIA MARIA DO ROSÁRIO



Foram doadas 240 cestas básicas para pessoas carentes da comunidade local pelo Sicoob Empresarial e seus cooperados. Em contrapartida, as doações foram recebidas com agradecimento e satisfação.

DIA C 2018

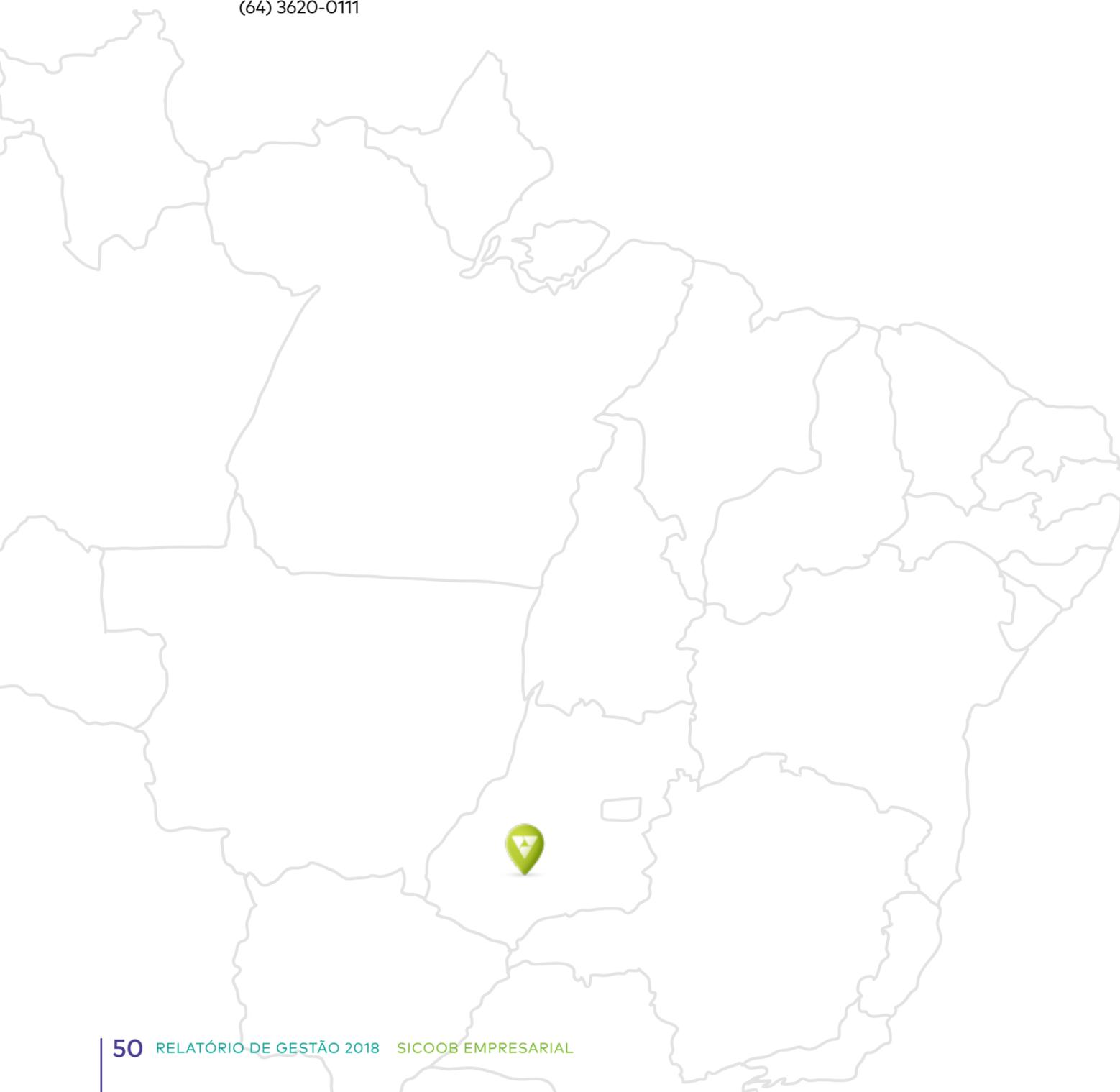


O Sicoob Empresarial doou 3 filtros de água e materiais de limpeza para o Lar dos Vovôs de Rio Verde. Além disso, a equipe da cooperativa presenteou cada pessoa com sorrisos, carinho e atenção.

Nossa Agência

Rio Verde

Rua Costa Gomes, Qd. R, Lt. B, SL 21
Centro Empresarial Le Monde
Jardim Marconal - Rio Verde- GO
CEP: 75901-550
(64) 3620-0111



Composição da Administração

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Presidente
MARCELO FERREIRA DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo
VANDER FERREIRA BARROS

1º Vice-Presidente
JACKSON CASTRO DE OLIVEIRA

Diretor Operacional
JAIME SEVERO GARCIA

2º Vice-Presidente
ZALDO CALISTO DE LIMA

Conselheiros de Administração

DÉBORA FERGUSON

ÉDIO LUIZ GIROTTO

ELTON GUIMARÃES DE LIMA

JOSÉ CARLOS CINTRA

Conselheiros Fiscais

EFETIVOS

ADÃO DE CARVALHO FILHO

FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA NETO

HELENA DA SILVA GUIMARÃES DE SOUZA

SUPLENTES

HEITOR DE OLIVEIRA NATO NETO

OROMILDES DE OLIVEIRA MASSON JÚNIOR

